

# Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidores de ao menos 19 categorias podem parar por reajuste..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Audidores da Receita já entregaram 1.288 cargos..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Cresce movimento por reajuste..... 6

O ESTADO - FORTALEZA - CE - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bitcoin e tributação na era digital (Artigo)..... 7

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Regulação de criptomoedas entra na pauta do Senado..... 8

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS alerta para novos golpes com a prova de vida..... 9

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

Teto do INSS deve passar a ser de R\$ 7.087..... 11

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS fará experiência de perícia médica por teleavaliação..... 12

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida do INSS é obrigatória de novo; veja calendário e como fazer..... 13

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Terminais portuários deverão pedir revisão de contratos e investimentos com fim do Reporto  
..... 14

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados avaliam se vão manter ICMS congelado..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Fundo eleitoral deve ir a plenário..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Inflação na meta pode custar uma recessão..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Bolsa sobe e dólar cai..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

TCU critica governo por má gestão da crise hídrica .....	20
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Inflação no Brasil é a 3ª maior em ranking .....	21
CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - BRASIL ECONOMIA	
Governo ganha espaço fiscal de R\$ 112 bilhões .....	22

# Servidores de ao menos 19 categorias podem parar por reajuste

**Fábio Pupo**

Ao menos 19 categorias de servidores podem começar a paralisar atividades para elevar a pressão contra o governo por reajustes, após a sinalização de Jair Bolsonaro (PL) de que apenas policiais seriam atendidos em 2022.

O Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado) afirma que os sindicatos dessas categorias apoiam seus trabalhadores a suspender os trabalhos em três dias -em 18,25 e 26 de janeiro (calendário aprovado pelo Fonacate em dezembro).

Assembléias ainda precisam ser feitas nos próximos dias para confirmar as adesões, o que é esperado em boa parte dos casos pelos dirigentes do fórum. Além das paralisações já planejadas, os servidores vão discutir em fevereiro uma possível greve.

De acordo com levantamento do Fonacate, discussões sobre paralisações envolvem auditores da Receita, funcionários do Banco Central, servidores da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), auditores e técnicos da CGU (Controladoria-Geral da União) e do Tesouro Nacional, servidos -res da Susep (Superintendência de Seguros Privados), auditores do trabalho, oficiais de inteligência e servidores das agências de regulação.

Também integram a lista analistas de comércio exterior, servidores do Itamaraty, servidores do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), defensores públicos federais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental, auditores fiscais federais agropecuários, peritos federais agrários, além de servidores do Legislativo, do Judiciário e do TCU (Tribunal de Contas da União). Em alguns casos, a suspensão dos trabalhos já está confirmada.

Nesta quarta (12), a Unacon -que representa servidores do Tesouro Nacional e da CGU (Controladoria-Geral da União) - decidiu por unanimidade em assembleia a adesão à suspensão dos trabalhos no dia 18. Os protestos serão feitos em frente à sede do Banco Central às 10h e na Esplanada dos Ministérios às 14h1.

"Além disso, a exemplo do que os servidores do

Tesouro já fizeram, vamos circular um abaixo-assinado na CGU contra a política remuneratória discriminatória do governo federal, que protege apenas militares e possivelmente segurança pública das perdas contra **inflação**", disse Bruno Cerqueira, presidente da Unacon.

"Também vamos intensificar as conversas com os comissionados dos órgãos para sinalizar possível entrega de cargos", disse Cerqueira.

Fábio Faiad, presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), afirmou que está mantida a paralisação da categoria no dia 18, das 10h às 12h.

A decisão por manter a suspensão dos trabalhos foi tomada após representantes da entidade se reunirem na terça-feira (11) com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e saírem sem uma promessa concreta de reajuste.

Enquanto isso, diz Faiad, a mobilização avança com entrega de cargos. "A adesão às listas de não assunção de comissões e de entrega das comissões no BC já está próxima de 2.000 servidores, mesmo sendo mês de férias" afirma.

Os substitutos eventuais também serão convidados a aderir, abrindo mão de substituir os titulares.

Segundo Faiad, o objetivo da mobilização no BC é que o reajuste salarial não seja exclusivo para os policiais federais, mas que se estenda também para os servidores da autarquia. Além disso, eles pedem a reestruturação de carreira de analistas e técnicos do BC.

Eles esperam que, em janeiro, haja nova reunião com o presidente do BC em que seja apresentada uma proposta concreta. "Caso contrário, passaremos a debater a proposta de greve por tempo indeterminado", afirma Faiad.

Na **Receita Federal**, o sindicato responsável já registra 1.288 pedidos de entrega de cargos de chefia (o que corresponde a 64% do total).

As primeiras exonerações começaram a ser formalizadas no Diário Oficial da União nesta quarta,

segundo o Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita).

A categoria foi a primeira a entregar cargos, movimento iniciado em dezembro como forma de pressionar o governo a ampliar recursos para a Receita e regulamentar o pagamento do bônus de eficiência.

Atividades administrativas e programas de fiscalização em postos aduaneiros também foram reduzidos pelos protestos dos servidores, que instauraram a chamada operação padrão. Em cidades como Foz do Iguaçu, estão sendo registradas filas de caminhões.

Em meio à pressão, o Sindifisco conseguiu marcar uma reunião com o ministro Paulo Guedes (Economia) para esta quinta-feira (13) à tarde. O presidente da entidade, Isac Falcão, vai representar os servidores pela demanda do bônus de eficiência e contra os cortes orçamentários no fisco.

Assembléias de outras categorias estão marcadas para discutir a adesão às parafisações.

Nesta sexta (14), as demais entidades do Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais) vão deliberar sobre a participação, mas os interlocutores já indicam que haverá adesão.

O Fonasefe reúne 30 entidades, como funcionários da área de saúde, Previdência e assistência social.

Juntos, esses fóruns (Fonacate e Fonasefe), segundo a cúpula dessas organizações, representam mais de 80% do funcionalismo do Executivo federal, que hoje tem aproximadamente 585 mil ativos.

Além da pauta salarial, os servidores pretendem demonstrar insatisfação com outros aspectos na relação com o governo.

A Univisa (Associação dos Servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária), por exemplo, divulgou documento nesta semana dizendo que vai discutir a adesão à paralisação e exigindo "um basta para os ataques do governo às prerrogativas institucionais e à honra dos servidores e gestores".

Bolsonaro deu recentemente declarações em que levanta suspeitas sobre o interesse da Anvisa na aprovação de vacinas.

Ele foi respondido pelo diretor-presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, que cobrou de Bolsonaro a determinação de investigação, caso tenha informações a esse respeito, ou uma retratação.

Site: [https://acervo.folha.com.br](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49789&_ga=2.252735306.2106728526.1642042947-1894905504.1615196773&anchor=6448441&pd=7975410fde494e978d19b74cbc3e0dab)

[r/digital/leitor.do?numero=49789&\\_ga=2.252735306.2106728526.1642042947-1894905504.1615196773&anchor=6448441&pd=7975410fde494e978d19b74cbc3e0dab](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49789&_ga=2.252735306.2106728526.1642042947-1894905504.1615196773&anchor=6448441&pd=7975410fde494e978d19b74cbc3e0dab)

# Audidores da Receita já entregaram 1.288 cargos

## **GUILHERME PIMENTA**

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Sindifisco) informou ontem que 1.288 cargos já foram entregues no órgão, em protesto dos auditores contra o governo federal.

As baixas atingem a Delegacia de Operações Especiais de Fiscalização da **Receita Federal do Brasil** (Deope), que fiscaliza operações transnacionais e planejamentos tributários de grandes empresas, e a Delegacia de Instituições Financeiras da **Receita Federal do Brasil** (Deinf), responsável pela fiscalização dos bancos.

De acordo com o Sindifisco, cerca de 80 exonerações vão começar a ser publicadas hoje no Diário Oficial da União. Há duas semanas, o presidente do sindicato, Kleber Cabral, disse ao Estadão/Broadcast que os delegados e superintendentes estavam "segurando" a publicação oficial da exoneração dos auditores pois não queriam "demonstrar que estavam perdendo o controle".

Ontem, em nota, o Sindifisco apontou que "os delegados da 8.ª **Receita Federal**, do Estado de SP, irão publicar as exonerações dos chefes vinculados às suas respectivas unidades".

A estimativa, segundo o Sindifisco, é de que sejam publicadas pelo menos 80 exonerações dessa região fiscal.

"As 80 exonerações que ocorrerão hoje, em São Paulo, são o primeiro passo até atingirmos todos os pedidos pendentes.

Caso não sejam efetivados, tomaremos providências judiciais para que todas as exonerações sejam publicadas no Diário Oficial", afirmou Paulo Oshiro, um dos diretores do Sindifisco.

Além de atingir as delegacias que fiscalizam grandes contribuintes, o sindicato informou que houve uma adesão nos últimos dias nas unidades aduaneiras de Santos, Cumbica e Viracopos.

Segundo a entidade, hoje haverá uma reunião entre os líderes do sindicato com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir a regulamentação do

bônus de eficiência e os cortes efetuados no orçamento da Receita. A agenda do ministro não havia sido divulgada.

Um "Dia Nacional de Mobilização" dos servidores federais por reajuste salarial foi marcado para o dia 18, pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Se não houver resposta do governo, a categoria planeja outras paralisações nos dias 25 e 26 de janeiro e indicativo de greve geral em fevereiro.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Cresce movimento por reajuste

O governo continua ignorando tentativas de negociação dos servidores que querem reajuste salarial. Com isso, ontem, funcionários dos Três Poderes confirmaram a participação na paralisação marcada para a próxima terça-feira. São pelo menos 19 categorias, e a data já havia sido apontada pelo fórum que representa a elite do funcionalismo público. Uma manifestação acontecerá em frente ao Banco Central, pela manhã e, à tarde, no Ministério da Economia. Os sindicalistas esperam que cerca de mil servidores participem dos atos.

Enquanto isso, servidores em postos de confiança continuam a deixar os cargos em áreas estratégicas. O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Sindifisco) informou ontem que 1.288 cargos já foram entregues no órgão, em protesto dos auditores contra o governo federal.

Segundo o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fo-nacate), Rudinei Marques, há uma adesão expressiva ao movimento de integrantes de carreiras dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Além da elite do funcionalismo, também estarão presentes na manifestação da próxima semana servidores representados pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), membros do "carreirão".

"Estarão conosco os analistas de comércio exterior; servidores do Itamaraty; especialistas em políticas públicas e gestão governamental; auditores fiscais e agropecuários; auditores e técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tesouro Nacional; oficiais da inteligência; servidores das agências reguladoras; funcionários do Banco Central; servidores da Comissão de Valores Mobiliário (CVM); peritos federais agrários; e servidores da Superintendência de Seguros Privados (Susep)", listou Marques.

### Pauta principal

A principal reivindicação dos servidores é a correção salarial. "Uma reposição linear que consiga, pelo menos, cobrir parte do que nós já perdemos com a **inflação**. Desde a reposição que atingiu a maior parte dos servidores, em 2017, até aqui, nós já perdemos 27% do poder aquisitivo dos salários. Não estamos falando de aumento real, mas de reposição das perdas inflacionárias. Isso é o que estamos cobrando do governo", disse o presidente do Fo-nacate.

Marques explicou que, depois da paralisação do próximo dia 18, as categorias terão uma sinalização para novos atos na semana subsequente, nos dias 25 e 26. "Ainda não está decidido se os novos atos serão presenciais ou virtuais. Na primeira semana de fevereiro, vamos discutir com o conjunto do funcionalismo uma possível greve geral na segunda quinzena do mês, caso o governo continue ignorando as tentativas de contato dos servidores, o que pode paralisar serviços essenciais da máquina pública. Por enquanto, esse é o calendário das mobilizações do serviço público federal", afirmou. (Israel Medeiros e Fernanda Strickland)

# Bitcoin e tributação na era digital (Artigo)

Ao longo dos séculos, o conceito de moeda ganhou diversas formas e significados, sendo a mais comum aquela definida legalmente como tal. Atrilado às mudanças da moeda, a atividade estatal de "tributar" foi impulsionada pela sua praticidade e circulação. A economia ganhou complexidade e capilaridade em todos os sistemas e regimes sociais, gerando cada vez mais a necessidade de meios de pagamento ou de troca.

Na Mesopotâmia, por exemplo, existem registros de pagamentos de **impostos** em forma de grãos. Tempos depois surge a ideia alçada pelo metal valioso, moedas romanas, gregas e com a invenção do "papel" atrelou-se valor ao objeto maleável e de fácil transporte. Depois, contas digitais e transferências, o câmbio etc. Nasceram alternativas transacionais às moedas reguladas pelas autoridades estatais. Em uma espécie de metamorfose, a seara dos estudos se amplia, e regulamentações que antes tratavam de operações físicas, de grande regulação do estado sobre os contribuintes, agora buscam atender a veloz demanda digital.

Aqui, chegamos nos desafios envolvendo questões fiscais do não "físico"; falo aqui das criptomoedas. Diferentes do Real, Euro ou Dólar, esses ativos financeiros não são emitidos por uma Casa da Moeda e por isso são classificadas como descentralizadas. Assim, não dependem de governos para serem controladas. Surge em meados de 2008 as criptomodas, com destaque ao bitcoin. Como toda reinvenção da ideia de valor, os desafios tributários e legais os acompanham.

A **Receita Federal do Brasil** (RFB) considera as criptomoedas como ativos financeiros, passíveis de tributação de ganho de capital. Apesar de tratar de obrigações acessórias e de tributação de pessoas físicas, a posição da **RFB** é importante. Porém, a falta de regulação tributária específica, pode levar à conclusão de que o tratamento tributário a ser dado a uma criptomoeda, depende do uso a que esta se destina; uma doação de bitcoin, incide o ITCMD; uma venda com ganho, imposto de renda. No caso de empresas, suas receitas operacionais sofreriam tributação conforme a sua atividade, mesmo que recebidas por meio de criptomoedas. Apesar do raciocínio simples, como avaliar o bitcoin em cada uma dessas operações para fins de tributação? O fato é que estamos diante de um terreno fértil de debates e controvérsias.

O Ministério da Economia, em 2020, confirmou, que o bitcoin e demais variações de criptomoedas poderiam compor o capital social de um negócio; com as mesmas regras aplicadas aos valores mobiliários, muito embora o contexto da emissão seja fundamental para a contabilização das mesmas. Por isso, há entendimentos de que a criptomoeda possa ser integralizada na empresa como um bem intangível, um ativo financeiro ou até mesmo um bem de estoque, com impactos relevantes na empresa e no mercado.

O trigo e o pão, no saciar da fome em tempos de inverno, atribuiu-lhes valor como pagamento de imposto na Antiguidades, agora, na (pós) Modernidade a literatura tributária e econômica busca reinventar e regular esse território "imaginário" de valor. Afinal, milhões podem ser transferidos a um clique, instantaneamente, e praticamente sem custos. Não só isso, surgem variações de criptoativos desde 2008, aumentando sua complexidade. Diante disso, nessa nova era das economias que parece se instaurar, a ideia do "coletor de **impostos**" que bate de porta em porta na Idade Média, que se reinventou e cresceu conforme complexidade das sociedades também abarcarão o "virtual", na medida de sua reinvenção e da ressignificação do "valor"

JOCELITO SANTOS

CONSULTOR

TRIBUTÁRIO

**Site:** <https://issuu.com/oestadoce/docs/13-01-22>

# Regulação de criptomoedas entra na pauta do Senado

O expressivo volume de recursos negociados em operações com criptoativos demanda uma iminente regulamentação específica que está sendo proposta no Senado por meio de três projetos de lei: PL 3.825/2019, de Flávio Arns (Podmos-PR), PL 3.949/2019, de Styvenson Valentim (Podemos-RN) e PL 4.207/2020, de Soraya Thronicke (PSL-MS).

O marco regulatório das criptomoedas está em debate há quase três anos no Senado. Em dezembro foi realizada mais uma audiência pública sobre o tema. Relator das matérias, o senador Irajá (PSD-TO) apresentou seu parecer na forma de substitutivo, que deverá retornar à pauta de deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já no mês de fevereiro.

Para Flávio Arns, autor do primeiro projeto apresentado sobre o assunto na Casa, é muito importante votar o projeto o quanto antes na Comissão. "Nossa expectativa é de que ainda no início do ano seja colocado em votação. Sabemos que este projeto é importante para o impacto das moedas virtuais, nos serviços referentes a operações realizadas com criptoativos em plataformas eletrônicas de negociação. Mas, principalmente, para combatermos os crimes relacionados ao uso fraudulento de ativos virtuais", afirmou o senador pelo Paraná.

No Brasil, as empresas negociadoras de criptoativos não estão expressamente sujeitas à regulamentação, seja do Banco Central ou da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o que torna mais difícil ao poder público identificar movimentações suspeitas, segundo o senador Irajá.

Para o relator, o marco regulatório cria um ambiente de negócios transparente para as criptomoedas: "A própria mídia tem divulgado casos de pirâmides financeiras causando prejuízos a empresas e cidadãos. O mercado de criptomoedas dobrou de tamanho de 2019 pra cá, e esse marco estimula que continue crescendo, mas combatendo pirâmides financeiras, evasões, sonegações e outros crimes", expôs.

Diretrizes

O substitutivo define como ativo virtual a

representação digital de valor que pode ser negociada ou transferida por meios eletrônicos e utilizada para realização de pagamentos ou com propósito de investimento. Ou seja, são moedas negociadas exclusivamente pela internet, excluindo-se desta lista as moedas soberanas (emitidas por governos) e as eletrônicas.

As criptomoedas nasceram da criptografia, conjunto de técnicas para proteger uma informação. Nesse caso, o detentor da criptomoeda só pode resgatá-la usando um código fornecido pelo vendedor. Em todo o mundo, o Bitcoin é a criptomoeda mais conhecida. Empresas conhecidas como exchanges ou corretoras de ativos virtuais são as responsáveis por trabalhar com os recursos em criptomoedas.

Em texto, o relator classifica a prestadora de serviços de ativos virtuais como a empresa que executa, em nome de terceiros, pelo menos um dos serviços: resgate de criptomoedas (troca por moeda soberana); troca entre uma ou mais criptomoedas; transferência de ativos virtuais; custódia ou administração desses ativos ou de instrumentos de controle de ativos virtuais; ou participação em serviços financeiros relacionados à oferta por um emissor ou à venda de ativos virtuais.

Enquanto os senadores Soraya e Flávio Arns definiram, respectivamente, que a **Receita Federal** e o Banco Central deveriam ser os reguladores do mercado de moedas virtuais, Irajá propôs que caberá ao Poder Executivo a responsabilidade de definir quais órgãos irão normatizar e fiscalizar os negócios com criptomoedas.

A proposta do relator é de que o Executivo estabeleça normas alinhadas aos padrões internacionais para prevenir a lavagem de dinheiro e a ocultação de bens, e combater a atuação de organizações criminosas. A senadora Soraya propôs e o relator manteve a ideia de instituição de um Cadastro Nacional de Pessoas Expostas Politicamente (CNPEP). Irajá definiu que caberá à Controladoria Geral da União a normatização. (Com informações da Agência Senado)

Site: <https://issuu.com/oestadoce/docs/13-01-22>

# INSS alerta para novos golpes com a prova de vida

**Fernando Bianchi**

Vigaristas fingem ser membros do órgão em contato pelo telefone ou WhatsApp para pegar dados e pedir empréstimo em bancos

Além das intermináveis ligações com oferta de crédito consignado, muitos deles fraudulentos, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) agora estão recebendo ligações para realizar a prova de vida dos benefícios.

Entretanto, o **INSS** alertou que trata-se de um golpe, já que não realiza contato para esse tipo de procedimento.

Segundo o órgão, na ligação, são informados pelos golpistas todos os dados pessoais do beneficiário. Também é enviada uma mensagem, por WhatsApp, pedindo para que o aposentado envie uma foto de um documento para finalizar o processo de cadastramento.

E é justamente nesse ponto que consiste a fraude: os golpistas ficam de posse da documentação e dos dados e fazem transações irregulares em nome de aposentados e pensionistas, como contratação de empréstimos.

"O **INSS** não entra em contato por meio de mensagens de telefone ou aplicativos como WhatsApp, ligação ou e-mails para oferecer serviços de empréstimo consignado, nem envia motoboys para a casa dos beneficiários. Não devem ser passados, em nenhuma hipótese, informações como senhas e dados bancários", informou a autarquia.

Caso receba esse tipo de ligação, a orientação do **INSS** é para que desligue o telefone e não forneça nenhuma informação, já que não é feito contato para prova de vida por este meio.

Ainda segundo o **INSS**, o contato com o segurado somente é feito em situações específicas, como para informar a respeito de procedimentos, andamento de requerimentos ou realizar reagendamentos, e, em nenhum momento há solicitação de qualquer informação, como CPF, nome da mãe ou senha.

Nestes casos, o segurado pode ainda receber um e-

mail, um SMS, uma carta ou ligação do **INSS**, sempre por meio dos canais oficiais de atendimento: Meu **INSS**, central de atendimento 135, ou SMS identificado como 280-41.

Além de manter dados como telefone e endereço atualizados junto ao **INSS**, caso o cidadão que tenha sido notificado e tenha ainda alguma dúvida, poderá ligar para o 135, a fim de obter mais informações.

SAIBA MAIS

Previdência nunca faz contato por telefone

Novas tentativas de golpe

O **INSS** ALERTOU que não realiza contato por telefone ou WhatsApp solicitando documentos e informações dos segurados para realização da prova de vida, procedimento anual que voltou a ser obrigatório a partir deste mês.

A PROVA DE VIDA é um procedimento contido em lei para evitar fraudes e pagamentos indevidos.

O PROCEDIMENTO deve ser feito no banco no qual o beneficiário recebe

seu pagamento, por meio de biometria no caixa eletrônico, ou comparecendo à agência com documento de identificação.

Prova digital

A PROVA DE VIDA DIGITAL também está disponível, mas somente para segurados que possuem biometria cadastrada junto ao Detran ou Justiça Eleitoral.

NESTE CASO, o beneficiário precisa acessar um dos aplicativos, Meu **INSS** ou Meu Gov.br, e seguir as instruções para envio das informações. Esse procedimento somente deve ser realizado em um dos dois aplicativos oficiais.

Como se proteger

O **INSS** ADVERTE para que, caso receba algum tipo de ligação solicitando dados pessoais, o segurado desligue o telefone e não forneça nenhuma informação. E reafirma que não faz contato por

telefone para procedimento de prova de vida.

O CONTATO SOMENTE é feito em situações específicas e para informar a respeito de procedimentos, andamento de requerimentos ou realizar reagendamentos, e, em nenhum momento solicita qualquer informação, como CPF, nome da mãe ou senha

CASO O CIDADÃO tenha sido notificado e tenha alguma dúvida, ele poderá ligar para a central de atendimento no número 135, a fim de obter mais informações.

Fonte: **INSS**

Febraban e Procon dizem que cobram soluções

O Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-ES) afirmou que tem atuado em conjunto com o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública do Estado e a OAB-ES para buscar entender qual é a raiz do problema relacionado ao assédio aos aposentados do **INSS** para que seja efetivamente solucionado.

O órgão enviou uma notificação ao **INSS**, em julho de 2021, fazendo uma série de questionamentos sobre medidas para prevenir fraudes a empréstimos consignados, entre outros problemas. Nos últimos 12 meses, o Procon-ES registrou 1.667 reclamações relativas a empréstimos consignados.

Já a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) afirmou que "é considerada falta grave qualquer forma de captação ou tratamento inadequado ou ilícito dos dados pessoais dos consumidores". Em 2021, mais de 700 sanções foram aplicadas e 167 correspondentes bancários tiveram atividades suspensas.

Bloqueio online de empréstimo

Para se proteger de fraudes, o próprio beneficiário do **INSS** pode solicitar o bloqueio de contratação de operações de crédito consignado por meio do Meu **INSS**, do site, do aplicativo ou da central 135, que funciona das 7h às 22h, de segunda-feira a sábado. O serviço é gratuito e não requer comparecimento à uma agência.

Ainda, o segurado que se sentir ameaçado pode registrar reclamação na ouvidoria e um Boletim de Ocorrência junto à Polícia Civil.

# Teto do INSS deve passar a ser de R\$ 7.087

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que recebem benefícios acima do salário mínimo (R\$ 1.212) devem ter aumento de 10,16% na remuneração, após divulgação do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que é usado como referência para o reajuste. O governo federal precisa ainda oficializar o percentual por meio de uma portaria a ser publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Procurado pela reportagem, o Ministério do Trabalho e Previdência informou que "conforme previsto em lei, o INPC serve como base para reajustar os benefícios do **INSS**", mas acrescentou que "ainda não há data certa para a publicação da portaria". Caso seja confirmado o aumento de 10,16%, o teto dos benefícios do instituto subirá de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

O reajuste cheio vale apenas para quem já recebia o benefício em 1º de janeiro do ano passado. Os segurados que entraram na folha de pagamento do **INSS** de fevereiro de 2021 em diante terão aumento proporcional - o percentual fica menor quanto mais tarde for a data de início do benefício. Os percentuais de reajuste proporcionais também deverão ser regulamentados nos próximos dias pelo Ministério do Trabalho e pelo **INSS**.

Confirmado o reajuste de 10,16% para beneficiários do **INSS** que recebem acima de um salário mínimo, o aumento será um pouco menor do que o do piso nacional, que teve alta de 10,18%, passando de R\$ 1.100 para R\$ 1.212 - o valor atualizado já está em vigor desde 1º de janeiro. Em 2021, o reajuste foi de 5,45% para beneficiários do **INSS** que recebem acima do salário mínimo. Já para quem ganhava o piso nacional, o percentual foi de 5,26%.

Quem ganha o benefício no valor de um salário mínimo recebe primeiro. O calendário referente a janeiro começa no próximo dia 25. Já para quem recebe acima do piso nacional, os pagamentos serão a partir de 1º de fevereiro. Os depósitos são feitos levando em conta o número final do benefício, sem considerar o último dígito que aparece depois do traço.

**Seguro-desemprego: aumento**

O Ministério do Trabalho atualizou a tabela anual de cálculo do seguro-desemprego. Para as faixas salariais, foi levado em consideração o INPC de 2021 (10,16%). O valor mínimo do benefício será de R\$ 1.212, o piso nacional. O teto passou a ser de R\$

2.106,08 - era de R\$ 1.911,84 no ano passado. Os trabalhadores que tenham recebido salários médios acima de R\$ 3.097,26 terão direito ao valor máximo em caso de demissão. O pagamento é feito em três, quatro ou cinco parcelas, de acordo com os meses trabalhados e se a solicitação já foi feita outras vezes. Para ter acesso ao crédito, o trabalhador formal tem que dar entrada no pedido do 7- ao 120º dia após a data da demissão. Já para o empregado doméstico, esse prazo vai do 7- ao 90º dia contados a partir do desligamento.

Em caso de demissão, quem recebia até R\$ 1.858,17 deve multiplicar o salário médio dos últimos três meses por 0,8 para saber quanto tem direito de seguro-desemprego. O valor não pode ser inferior a R\$ 1.212. Os trabalhadores que tinham salários de R\$ 1.858,18 até R\$ 3.097,26 devem multiplicar a quantia que exceder R\$ 1.858,17 por 0,5 e somar com R\$ 1.486,53. Já quem recebia em média mais do que R\$ 3.097,26 terá direito, invariavelmente, a R\$ 2.106,08.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# INSS fará experiência de perícia médica por teleavaliação

## *Por g1*

O governo publicou nesta quinta-feira (13) uma portaria que institui uma experiência-piloto com teleavaliação em perícias médicas. O ato, que cumpre uma decisão do Tribunal de Contas da União, foi publicado na edição desta quinta-feira (13) do Diário Oficial da União (DOU).

O teste será realizada junto das prefeituras que possuem Acordo de Cooperação Técnica - ACT com o **INSS**. A experiência não tem data para ter início mas, de acordo com a portaria, terá duração de 90 dias.

## Suspensão de benefícios

Em dezembro, o **INSS** informou que 65 mil pessoas teriam o auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) suspenso por não terem feito o agendamento da perícia médica revisional.

O prazo para agendamento da perícia continua aberto enquanto durar o programa revisional e que a agenda para fevereiro e março do ano que vem já está aberta em algumas unidades. No ato do agendamento, os benefícios suspensos são reativados.

Esses beneficiários foram identificados em pente-fino do **INSS**. A relação completa dos convocados foi publicada no Diário Oficial da União.

## **Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/13/inss-fara-experiencia-de-pericia-medica-por-teleavaliacao.ghtml>**

# Prova de vida do INSS é obrigatória de novo; veja calendário e como fazer

**Felipe de Souza**

Aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**) que ainda não fizeram a prova de vida obrigatória em 2021 devem ter atenção, já que os prazos começam a vencer agora em janeiro. Se atrasar, o pagamento do benefício é bloqueado e depois de um tempo, se nada for feito, é cancelado.

A medida é uma forma de provar que a pessoa está viva para que os pagamentos continuem sendo feitos. A exigência havia sido suspensa entre março de 2020 e maio de 2021 e em outubro, início da pandemia e o segundo pico de casos da doença.

Segundo o **INSS**, são ao menos 3,3 milhões de segurados que precisam fazer, entre janeiro e abril, a prova de vida referente ao ano passado. Os pagamentos das aposentadorias e das pensões começam a ser suspensos em fevereiro se isso não for feito.

Para evitar aglomerações nas agências bancárias, o órgão estabeleceu um cronograma baseado no mês de nascimento.

A prova de vida é feita no banco responsável pelo pagamento do benefício. O procedimento pode ser feito nos caixas eletrônicos, com biometria, ou no atendimento pessoal nas agências bancárias, levando o cartão de débito e um documento com foto.

Idosos a partir de 80 anos ou pessoas com dificuldade de locomoção podem pedir visita em domicílio. É necessário agendar um horário pelo telefone 135 ou do aplicativo Meu **INSS**.

Sim. Quem tem biometria facial cadastrada no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) ou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) podem fazer a prova de vida de forma eletrônica, no aplicativo Meu **INSS**. Veja como:

1. Ao acessar o aplicativo, aparece na página inicial a opção prova de vida . Após tocar em iniciar prova de vida , é preciso instalar o app Meu gov.br no celular (caso você não o tenha instalado).

2. No aplicativo gov.br, você deve selecionar a página

Autorizações , e autorizar a realização da prova de vida. Esse é um procedimento de segurança, que vai checar sua biometria facial para comprovar que é você quem está fazendo o pedido.

3. É preciso abrir a câmera frontal no aplicativo e encaixar o rosto no contorno exibido na tela para tirar uma foto.

4. Com tudo isso feito, é só voltar ao aplicativo Meu **INSS** para confirmar se a prova de vida foi reconhecida e aguardar o resultado.

Caso você não faça a prova de vida, o benefício será bloqueado (a partir de fevereiro, neste caso). Isso não significa, porém, que ele foi cancelado. Ainda há um prazo adicional de três meses para regularização.

Se o beneficiário não fizer a atualização dentro desses três meses, o benefício será suspenso. Se em outros três meses nada for feito, vem o cancelamento.

Segurados com os benefícios bloqueados e suspensos podem reativá-los diretamente no banco.

No caso de cancelamento, o segurado terá que ligar para a central 135 e agendar o serviço de reativação de benefício.

Esse procedimento também pode ser feito pelo aplicativo Meu **INSS**.

**Site:**

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/01/13/prova-de-vida-do-inss-obrigatoria-de-novo-veja-calendario-e-como-fazer.htm>

# Terminais portuários deverão pedir revisão de contratos e investimentos com fim do Reporto

**Amanda Pupo**

BRASÍLIA - O setor portuário prevê uma onda de pedidos de reequilíbrio de contratos caso o benefício fiscal conhecido como Reporto não seja retomado. A apreensão se deve ao movimento do presidente Jair Bolsonaro, que vetou a reativação do incentivo dentro do projeto BR do Mar, sancionado na semana passada.

Responsável por suspender a cobrança do IPI, do PIS/Cofins e do Imposto de Importação na compra de máquinas, equipamentos e outros bens no segmento portuário e de ferrovias, o Reporto barateava o custo de investimentos realizados pelos operadores. Sem ele, os desembolsos ficam mais caros, o que pode até impedir que parte dos investimentos planejados seja executada no setor.

A estimativa é de que a descontinuidade do regime a partir de 2022 vai representar uma tributação que pode, em alguns casos, chegar a 42% na compra de equipamentos portuários.

A solução para o Brasil não é equilibrar contratos, mas fazer investimentos. O reequilíbrio significa talvez minimizar o prejuízo, mas para o negócio é péssimo porque nós queremos as condições para fazer os investimentos, afirmou ao Estadão/Broadcast o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição da Silva. Apesar de não ser a solução buscada pelo setor, Silva afirmou que os reequilíbrios precisarão acontecer em boa parte dos contratos caso o Congresso mantenha a decisão do presidente.

O presidente da ABTP, por sua vez, se mostrou otimista com o desfecho do assunto no Parlamento. Para ele, o Congresso entendeu que, conforme avaliação dos operadores, o fim do Reporto seria um golpe no comércio internacional brasileiro, devido à relevância dos portos para a entrada e saída de produtos. Acredito que o problema será sanado, afirmou Silva, segundo quem os operadores continuarão buscando o retorno do regime especial se o veto não for derrubado.

Em razão da ausência do Reporto, que não é aplicado desde o ano passado, mais de R\$ 2 bilhões programados para investimentos estão parados no setor portuário, que aguarda um desfecho para avançar com os desembolsos, relatou Silva. Há pelo menos dois anos o mercado convive com a expectativa de renovação do incentivo, frustrada com o veto de Bolsonaro.

O reequilíbrio dos contratos será necessário se não houver a revisão do veto porque esses negócios, fechados entre o governo federal e empresas privadas, foram fechados com a previsão do Reporto, que vigorava desde 2004. Por isso, a partir do momento que investimentos obrigatórios se tornam mais caros, o poder público precisaria recompor os contratos, questão que é analisada caso a caso pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). As associadas da ABTP mantêm mais de 230 terminais portuários pelo Brasil.

O impacto não seria sentido apenas nos investimentos obrigatórios, uma vez que vários terminais desembolsam além da previsão obrigatória para melhorar a capacidade do atendimento, disse Silva. Para ele, portanto, a descontinuidade do Reporto deve afetar principalmente os contratos assinados recentemente, aqueles com prorrogação antecipada e os que ainda têm investimentos sendo contratados agora ou futuramente.

O reequilíbrio poderá acontecer via extensão do prazo do contrato ou redução de investimentos, por exemplo. No mínimo vai haver atraso nos investimentos. Alguns deixam de ser feitos, e outros necessários sofrerão muito atraso, afirmou.

Apesar de contar com o apoio do Ministério da Infraestrutura, o Reporto foi barrado por orientação do Ministério da Economia, sob argumento de que a renovação do benefício configuraria renúncia de receita sem compensação. Para o presidente da ABTP, a pasta se apegou a uma formalidade para impor uma visão ideológica, de avançar com a **reforma tributária**, limpando incentivos fiscais do sistema atual. O setor entende que precisa, sim, de uma **reforma tributária**. Só que ela ainda não saiu,

disse Silva.

A reportagem procurou os ministérios da Infraestrutura e da Economia e a Antaq, mas não houve resposta até a publicação do texto.

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/terminais-portuarios-deverao-pedir-revisao-de-contratos-e-investimentos-com-fim-do-repoto,4061f940eb0c66d490cc92501066bdc614hfgpul.html>**

# Estados avaliam se vão manter ICMS congelado

A menos de 20 dias do fim do congelamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis, os secretários estaduais de Fazenda começaram a semana com debates sobre a manutenção ou não da medida. Isso porque o preço da gasolina e do diesel nos postos continuou subindo desde lo de novembro, mesmo com o imposto estadual estagnado, enquanto o governo federal não buscou soluções definitivas para a questão.

Em meio a acusações do presidente da República, Jair Bolsonaro, de que a alta dos combustíveis se devia em grande parte aos governos dos Estados, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou no final de outubro, por unanimidade, o congelamento do ICMS sobre combustíveis por 90 dias, com validade até 31 de janeiro deste ano.

O Comitê Nacional de Secretários da Fazenda (Comsefaz) já

marcou para esta semana reunião para debater se o congelamento será estendido ou se os Estados voltarão ao modelo usual de cálculo do ICMS, pelo qual o imposto incide sobre o preço médio ponderado ao consumidor final, reajustado a cada 15 dias.

Cada Estado tem competência para definir a alíquota. Segundo dados da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis (Fe-combustíveis), ela varia entre 25% e 34% na gasolina, dependendo do Estado. No Rio Grande do Sul, o ICMS do produto voltou a ser de 25% na virada do ano, contra alíquota majorada de 30% desde 2016.

Didático

O diretor institucional do Comsefaz, André Horta, lembra ainda que a legislação eleitoral impede a concessão ou prorrogação de benefícios fiscais em ano de eleições, salvo em casos de calamidade

pública. Esse pode ser o argumento técnico a prevalecer nas discussões pela não continuidade do congelamento do tributo.

- Congelar o ICMS não adiantou nada. Foi um processo didático, e os governadores demonstraram que o problema da alta dos combustíveis não está no

ICMS - avalia Horta.

- A decisão final pode ser de continuai- demonstrando isso, mas há o argumento de que a própria legislação eleitoral pode impedir a manutenção da medida após 31 de janeiro. Teremos resposta até o fim da semana - completou.

O preço final dos combustíveis é composto pelo valor cobrado pela Petrobras nas refinarias (atrelado ao preço do barril do petróleo no mercado internacional e ao câmbio), mais **tributos** federais (PIS/Pasep, Cofins e Cide) e estaduais (ICMS), além das margens de distribuição e revenda e do custo do biodiesel, no caso do óleo diesel, e do etanol, na gasolina.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20220113#page/1>

# Fundo eleitoral deve ir a plenário

**LUANA PATRIOLINO**

No primeiro despacho como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça pediu ao Planalto e aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), explicações sobre o aumento do fundo eleitoral para o pleito deste ano. A resposta, segundo o documento, tem de ser dada no prazo de cinco dias.

O caso deve ser avaliado por todos os ministros do Supremo, conforme deixou implícito o novo ministro, relator da ação. "Em homenagem à segurança jurídica a ser necessariamente promovida pela jurisdição constitucional, assim como diante da relevância do acesso aos recursos do FEFC (Fundo Especial de Financiamento de Campanha) no âmbito da decisão pela migração partidária e da igualdade de chances no pleito eleitoral, demonstra-se recomendável que esta Corte aprecie de maneira colegiada o pleito cautelar aqui apresentado antes dos marcos temporais supracitados", escreveu.

Mendonça atendeu a um pedido do partido Novo que argumenta que os R\$ 5,7 bilhões destinados a financiar as campanhas eleitorais deste ano não apresentam fonte de custeio. Para a sigla, o valor anterior, de R\$ 2,1 bilhões, deveria ser mantido também para este pleito.

Além do Congresso e do presidente, o ministro determinou que o caso seja enviado para apreciação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Advocacia-Geral da União (AGU) e, em seguida, retorne para conclusão.

A ação foi movida pelo Novo um dia antes de o presidente Jair Bolsonaro (PL) promulgar o texto que prevê o repasse a partidos e candidatos. No final do mês passado, o presidente do STF, Luiz Fux, negou um pedido de urgência para a análise do caso, por conta do recesso do Judiciário.

Segundo o Novo, além de não apresentar fonte de recursos, a proposta "escancara a intenção pessoalista dos parlamentares em simplesmente aumentar os recursos disponíveis para as suas campanhas eleitorais às custas do Erário".

Em dezembro, às vésperas do recesso legislativo, o Congresso derrubou o veto de Bolsonaro e abriu caminho para o aumento das despesas de campanha. A sigla diz que deputados e senadores invadiram uma

competência do presidente, a quem cabe enviar a proposta de Orçamento, incluindo os critérios para o cálculo do fundo eleitoral.

"Espero que haja uma decisão urgente sobre o assunto e que o aumento do fundo seja declarado inconstitucional. Consideramos essa aprovação uma imoralidade e feita por meio de mudanças de regras no apagar das luzes dos trabalhos legislativos", disse o presidente do Novo, Eduardo Ribeiro.

## Recursos

A aprovação, em dezembro, pelo Congresso dos valores dos fundos eleitoral e partidário garantiu às legendas um montante inédito de recursos públicos em 2022. Um total de R\$ 5,96 bilhões ficará à disposição dos partidos para o financiamento das campanhas e o custeio das agremiações. Esse valor é a soma das duas reservas financeiras e representa um aumento de 92,5% em relação a 2018, em valores corrigidos pela inflação. (Com Agência Estado)

## Saiba mais

### Distorções

O fundo eleitoral foi criado em 2017, depois que o Supremo Tribunal Federal proibiu o financiamento empresarial das campanhas - no entendimento dos ministros, essa fonte de recursos causava distorções ao processo eleitoral e permitia que empresas usassem as doações para mascarar o pagamento de propina via caixa 2.

# Inflação na meta pode custar uma recessão

*rosana hessel*

O Banco Central tem como missão principal preservar o poder de compra do real. Mas, com a **inflação** elevada e persistente, em um cenário de metas cadentes, eleições polarizadas, quadro fiscal deteriorado e juros em alta aqui e lá fora, esse trabalho é mais desafiador - e o custo dessa tarefa para a população poderá ser bem caro: uma recessão.

A autoridade monetária falhou nessa missão em 2021 e pode descumprir a meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) pelo segundo ano consecutivo, conforme as projeções do mercado. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 10,06%, no ano passado, a maior desde 2015 e quase o dobro do teto da meta de **inflação**, de 5,25%. Em 2022, o teto da meta é menor, de 5%, e a mediana das projeções do boletim Focus, do BC, estão acima desse percentual, mesmo com a taxa básica da economia (Selic) em 11,75%.

Apesar de a autonomia do Banco Central ter sido aprovada pelo Congresso com a condicionante do segundo mandato focado na atividade, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou várias vezes que "a prioridade é o controle da **inflação**" e chegou a admitir a possibilidade de uma recessão para cumprir o objetivo primário. Analistas lembram que o BC está sozinho no trabalho de domar o dragão inflacionário, pois o governo abandonou as âncoras fiscais com a aprovação da PEC dos Precatórios, e, por conta disso, o remédio será bem amargo.

Na carta enviada ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para justificar o descumprimento da meta em 2021, Campos Neto reforçou que o Comitê de Política Monetária (Copom) "irá perseverar em sua estratégia até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas". Ele confirmou que, na próxima reunião do Copom, nos dias 1º e 2 de fevereiro, deverá elevar a Selic, atualmente em 9,25% ao ano, para 10,75%. As apostas de que os juros devem encerrar o ano acima de 12% estão aumentando, o que pode levar os juros reais para 6%, um freio e tanto para a atividade. "Para fazer a **inflação** convergir para a meta neste ano, será preciso uma recessão forte", alertou o economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, Eduardo Velho, que prevê o IPCA entre 5,94% e 6,20% em dezembro.

De acordo com José Francisco de Lima Gonçalves,

economista-chefe do Banco Fator, a desaceleração da **inflação** será lenta, mas ela não vai convergir para dentro da meta e o **PIB** deverá encolher 0,5%. "Nosso cenário tem mais alta do dólar e rigidez em eletricidade. A **inflação** deve fechar 2022 em 5,5% e a Selic, em 12,25%", afirmou. "O custo, como sempre que a **inflação** fica acima da meta, é menos atividade econômica. Portanto, menos emprego, menos renda, menos arrecadação e menos investimentos", resumiu.

Dúvidas O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), destacou que o ciclo de aperto monetário, iniciado em março do ano passado, quando a taxa básica estava em 2% ao ano, está sendo sentido na atividade econômica e a recessão está contratada. "Já tivemos queda em dois trimestres e tudo indica que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do quarto trimestre de 2021 será negativo", disse.

Assim como Oreiro, Gonçalves levantou dúvidas sobre a efetividade do atual regime de metas, que estão em queda, dificultando o trabalho do BC. "A carta de Campos Neto revela os limites do regime de metas de **inflação**. A meta do índice cheio no fim do ano cria rigidez desnecessária. O regime não pode ser uma camisa de força, deve ser um mecanismo de coordenação de expectativas. Usar as metas em países de moeda fraca parece não estar bem enquadrado nos modelos", disse o economista do Fator.

O economista Ecio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), reconhece que a alta de juros tem vários efeitos ruins para a economia, mas pior é a **inflação**. "Essa crise, se houver, será temporária, mas é necessária, porque não dá para conviver com **inflação** alta. A população mais pobre é a que mais sofre com isso", destacou.

## Bolsa sobe e dólar cai

Um dia depois de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmar a maior **inflação** no Brasil em seis anos - com alta de 10,06% em 2021 - e de os Estados Unidos registrarem elevação do custo de vida em 7%, a maior taxa em 40 anos -, o mercado financeiro teve desempenho positivo. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) subiu 1,83%, alcançando 105.686 pontos e o dólar caiu 0,81%, cotado a R\$ 5,535, o menor valor desde de 8 de dezembro do ano passado - quando terminou o dia na mesma cotação.

Diante da **inflação** mais elevada, os bancos centrais do Brasil e dos EUA devem aumentar as taxas de juros, o que desestimula investimentos de risco. Mesmo assim, os mercados tiveram desempenho positivo - aqui e no exterior. O dólar à vista emendou o segundo dia seguido de queda firme no mercado doméstico, em meio a um ambiente externo de recuperação do apetite por risco, alta das commodities e enfraquecimento da moeda americana frente a divisas de países emergentes.

Para o economista Marcel Pereira, a alta da Bolsa, ontem, foi uma reação do mercado aos dias seguidos de queda, que criaram oportunidades de compra de ações. "Em janeiro, chegamos aos 101 mil pontos, sendo que os 100 mil pontos representam um forte suporte que sustenta a alta dos preços. O desafio é manter-se nos 100 mil para depois pensarmos na retomada da máxima histórica em 130 mil pontos", disse.

Porém, o economista ressalta que esse movimento é de curto prazo, e tem caráter mais especulativo. "A depreciação do dólar também ajuda nesse movimento de alta da bolsa, embora haja sinalização de que o Federal Reserve subirá os juros nos próximos meses, impactando o câmbio e, provavelmente, mantendo o dólar no patamar em que se encontra", explicou Pereira.

A consultora especialista em investimentos Catharina Sacerdote observou que, apesar da **inflação** de dois dígitos em 2021, o dado de dezembro (0,73%) ficou dentro do esperado, "uma vez que houve um aumento agressivo da Selic, e, assim, o mercado já espera a consequente queda da **inflação** em 2022", afirmou.

Segundo Sacerdote, a Bolsa e o dólar também reagiram positivamente aos dados econômicos da China, que indicou aumento nas importações de minério de ferro. "Nos EUA, o mercado interpretou isso como sinal de recuperação mundial. Como o Brasil é

exportador do minério, entrou capital estrangeiro nas ações de empresas exportadoras, como a Vale, que se valorizaram. Esse fluxo de recursos, por outro lado, reduziu a pressão sobre o dólar, aliviando a cotação da moeda", explicou. (FS)

# TCU critica governo por má gestão da crise hídrica

Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou uma série de falhas do governo federal na condução da crise hídrica no país, o que, conseqüentemente, aumentou os valores das contas de luz da população. No ano passado, o Brasil enfrentou o pior período seco em mais de 90 anos e viveu ameaçado pelo risco de racionamento de energia elétrica.

A análise do TCU consta de relatório técnico enviado aos órgãos do setor elétrico, com uma série de determinações para o Ministério de Minas e Energia (MME). Segundo o documento, houve falhas no planejamento das ações que tiveram foco em ampliar a oferta de energia.

As medidas incluíram o uso de termelétricas, até mesmo as mais caras e sem contrato de fornecimento, além da importação de energia da Argentina e do Uruguai. Também foi realizado um leilão emergencial para contratação de usinas para operar de 2022 a 2025, que custou R\$ 39 bilhões aos consumidores.

Segundo os técnicos do tribunal de contas, a maioria das ações do ano passado "teve foco no aumento da oferta de energia, sem estudos ou análises detalhadas de impacto que corroborassem essa escolha, negligenciando ações do lado da demanda, havendo pouco incentivo para o deslocamento ou redução do consumo".

No auge da crise hídrica, o governo se concentrou em ampliar a capacidade de geração de energia no país, especialmente por meio de usinas termelétricas. Praticamente todas as usinas a gás natural, óleo diesel, carvão e biomassa do país foram acionadas, o que gerou aumento de custos, mas garantiu o fornecimento de eletricidade.

## Custos

Para cobrir os custos dessas medidas, o governo criou a bandeira tarifária de Escassez Hídrica. Em vigor até abril, a ação representa um custo extra de R\$ 14,20 a cada 100 quilowatts -hora consumidos.

Parte desses valores seriam transferidos para as contas de luz neste ano, mas o governo editou uma medida provisória que permite um empréstimo às distribuidoras, com os custos embutidos nas tarifas de

energia por um prazo mais longo.

Em agosto, o Ministério de Minas e Energia também anunciou um programa para incentivar a redução do consumo por clientes residenciais. Para a indústria e grandes consumidores, foi oferecido um programa que incentivou o "deslocamento" dos horários de pico para horários de menor consumo.

Na avaliação do economista César Bergo, sócio diretor da Open Invest, faltou planejamento por parte do governo. "No tocante do horário verão, por exemplo, poderia ser adotado, mas não foi. Possibilitaria um equilíbrio no consumo de energia e maior disponibilidade por parte das hidrelétricas também. Além disso, faltou um trabalho de integração e planejamento", afirmou.

O prejuízo dessa conta deve ficar para a população. "Para a economia é ruim, porque gera mais **inflação** e acaba impactando os preços, e quem sofre é o consumidor, duplamente: tanto pela **inflação**, quanto pelo preço da energia cara", concluiu Bergo.

Procurado pelo Correio, o Ministério de Minas e Energia (MME) disse que está analisando o relatório e "interagindo com o Tribunal de Contas da União para esclarecer todas as questões apontadas".

# Inflação no Brasil é a 3ª maior em ranking

**THAÍS BARCELLOS**

A **inflação** brasileira em 2021, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve ser a terceira mais alta entre as principais economias do mundo, ficando apenas atrás da Argentina e da Turquia, segundo levantamento da economista-chefe Andrea Damico, da Armor Capital, com os dados da plataforma CEIC Data.

O IPCA ficou em dois dígitos em 2021, com alta de 10,06%, o maior aumento desde 2015 (10,67%), e superou em muito o teto da meta de **inflação** (5,25%) - o centro era de 3,75%. O desvio em relação à banda superior do objetivo a ser perseguido pelo Banco Central foi o maior em quase 20 anos, uma vez que, em 2002, o "estouro" foi de mais de 7 pontos percentuais.

Alguns países ainda não divulgaram o dado de dezembro e o fechado de 2021. Neles, o levantamento considerou a taxa em 12 meses até novembro do ano passado. É o caso da Argentina, onde a **inflação** ao consumidor acumulava 51,2% em 12 meses até novembro.

Na Turquia, o índice saltou 36,08% de janeiro a dezembro, um recorde em 20 anos, em meio à intervenção do presidente Recep Tayyip Erdogan no Banco Central do país, com pressão para reduzir juros.

O índice chinês acumulou 1,50% no ano passado. Já a economia americana teve a maior alta de preços desde junho de 1982 (7%), também ultrapassando a meta de 2,0%.

Responsável pelo levantamento, Andrea Damico reconhece o caráter global da alta de preços, com o aumento de commodities (produtos básicos como alimentos, petróleo e minério) e o choque de custos no atacado, em parte explicado pelos problemas na cadeia de suprimentos, espalhando-se para o varejo. Mas argumenta que os sinais de problema vieram antes no Brasil. Enquanto os preços no atacado começaram a subir no mundo em 2021, no País, o salto já era claro no segundo semestre de 2020, turbinado pela alta atípica de dólar e commodities.

Para os economistas do Bradesco, a **inflação** ao consumidor deve perder força no mundo, mas continuará acima do ritmo de alta dos preços de antes da pandemia, mantendo assim sob pressão os bancos

centrais de países emergentes.

Ao apresentar previsão de uma queda de 5,06% para 2,77% na **inflação** de 2022 contra 2021 em 74 países - excluindo Venezuela e Argentina do grupo -, o Bradesco atribui o alívio ao fato de os preços já terem subido demais e à tendência de maior equilíbrio entre demanda, pressionada pelo aumento dos juros, e oferta, que tende a melhorar com a redução dos gargalos de produção.

Aumento de preços nos países ricos é má notícia para o País

A **inflação** fechou 2021 em alta em quase todo o mundo. Nos EUA, chegou a 7%, a mais alta em quase 40 anos. Na Zona do Euro, a 5%. E esse resultado nos países ricos não é uma boa notícia para o Brasil e os demais emergentes. Isso porque o remédio tradicional para se combater a **inflação** é o aumento dos juros.

E, se os juros se tornam mais atrativos em países considerados seguros para o investidor colocar seu dinheiro, a tendência é fugir de países considerados mais problemáticos para os investimentos, como o Brasil.

No caso brasileiro, o cenário é ainda mais complicado em 2022 por conta da eleição, que deve deixar o cenário econômico mais turbulento.

**Sítio:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo ganha espaço fiscal de R\$ 112 bilhões

Com o acumulado do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021, divulgado anteontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o espaço fiscal aberto em 2022 será de R\$ 112 bilhões. O índice, que mede a **inflação** no Brasil, teve alta de 0,73% em dezembro, e o aumento total de 2021 ficou em de 10,06%.

A folga fiscal maior é resultado das mudanças efetuadas pelas emendas constitucionais 113 e 114, que vieram da PEC dos Precatórios. As emendas mudam a fórmula de cálculo do teto de gastos e limitam o pagamento de dívidas judiciais da União. Grande parte dessa folga será usada para pagar o Programa Auxílio Brasil. Mas, segundo o presidente da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, o espaço fiscal ficou RS 6,6 bilhões acima do que previa o governo e haverá brecha para outros gastos. "O espaço aberto no teto de gastos com a PEC dos Precatórios, de R\$ 112 a R\$ 113 bilhões é muito superior ao necessário para comportar o novo programa social e vai gerar margem para outros tipos de despesa. É preocupante, porque o espaço criado pela nova regra é artificial e acaba com o teto de gastos em ano eleitoral, criando uma herança difícil de manejar", disse Felipe Salto. O Relatório de Acompanhamento Fiscal será divulgado no dia 19 de janeiro.

Antes da emenda 113, o índice de **inflação** considerado para o reajuste no teto de gastos do ano seguinte era o registrado entre julho do ano anterior e junho do ano corrente.

**Site:**

[https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?id=2022-01-](https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?id=2022-01-13)

13